



ACÓRDÃO Nº1066/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11558/2018.

Apensos: Processo nº 14586/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru – SAAE.

4- Exercício: 2017.

5- Responsáveis: Maysa Pinheiro Monteiro (Ordenador de Despesa), Betanael da Silva Dangelo (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3188/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru - SAAE. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Determinação. Comunicação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Betanael da Silva Dangelo**, Prefeito Municipal e responsável pelo **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru - SAAE**, no período de **01/01/2017 a 31/03/2017**, conforme art. 22, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Betanael da Silva Dangelo** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil seiscientos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, devido às restrições I.1, I.2, I.3 e I.4 elencadas na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



ACÓRDÃO Nº1066/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Julgar irregular a Prestação de Contas da **Sra. Maysa Pinheiro Monteiro**, Diretora-Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru - SAAE, no período de 01/01/2017 a 31/03/2017, conforme art. 22, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, III, "b", da Resolução nº 04/02- RI TCE/AM;

10.4. Aplicar Multa ao **Sr. Maysa Pinheiro Monteiro** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, devido às restrições II.1, II.3, II.4, II.5, II.6, II.7, II.8, II.9, II.10, II.11 e II.12 elencadas na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Determinar à origem que observe as normas sobre a gestão do SAAE, conforme itens de restrições elencados no Relatório da Unidade Técnica e no Parecer do Parquet, cujas cópias devem ser remetidas;

10.6. Determinar à SECEX que oriente as próximas Comissões designadas a vistoriar o RPPS do Município de Manacapuru para que verifiquem o **cumprimento das determinações** elencadas no voto;

10.7. Comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre a não comprovação do regular recolhimento dos encargos previdenciários



ACÓRDÃO Nº1066/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

devidos no exercício pela autarquia, conforme item II.10 transcrito na fundamentação no Voto;

10.8. Comunicar ao Ministério Público Federal/mpf-am frente a ausência de recolhimento previdenciário, comprovando a ilegalidade do ato praticado pelo agente político, caracterizando o crime de Apropriação Indébita Previdenciária, conforme art. 168-A do Código Penal, e ainda ato de Improbidade Administrativa, previsto no artigo 11, da Lei 8.429/1992, conforme item II.10 transcrito na fundamentação do Voto;

10.9. Comunicar ao Ministério Público do Estado do Amazonas frente a ausência de repasse ao BASA dos empréstimos consignados, comprovando a ilegalidade do ato praticado pelo agente político, caracterizando-se ato de Improbidade Administrativa prevista no artigo 11, da Lei 8.429/1992, conforme item II.11 transcrito na fundamentação do Voto;

10.10. Determinar o encaminhamento de cópias ao Ministério Público Estadual, de acordo com o inciso XXIV, artigo 1º, da Lei nº 2423/96, para adoção de medidas que entender necessárias.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral